

EDUCAÇÃO MUSICAL, DIFERENÇAS E INTERSECCIONALIDADE: projetos e ações do GRUMUS em tempos de ultraconservadorismo

Comunicação

*Mário André Wanderley Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/PNPD - CAPES
mawoliveira@gmail.com*

*Yanaêh Vasconcelos Mota
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/CAPES
yanaeh01@gmail.com*

*Wenderson Silva Oliveira
Universidade Estadual do Ceará
wendoliveira@gmail.com*

*Luciano Luan Gomes Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
lucianolgpaiva@gmail.com*

*Carlos Antonio Santos Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ribeirocarlos17@gmail.com*

*Francisco Ernani de Lima Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ernanibarbosa2018@gmail.com*

*Elke Beatriz Riedel
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
flowerandhawk@gmail.com*

*Ana Clara da Silva Ponciano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
claraponciano9@gmail.com*

*Michel Vincent de Oliveira Sampaio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
michelvincentsampaio@gmail.com*

*Samara de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
samarasampaiooliveira@gmail.com*

Maurício Eslabão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
maumus89@gmail.com

Tarcísio Ferreira
Universidade Estadual do Ceará
ferreiratarcisiob@gmail.com

Tamar Genz Gaulke
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
tamargenzgaulke@gmail.com

Resumo: Este texto se configura como um relato de experiência coletivo que versa sobre projetos e ações do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS) – vinculado Universidade Federal do Rio Grande do Norte e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq –, o qual encontra-se engajado em compreender, sob o prisma da interseccionalidade, a relação entre marcadores sociais da diferença e Educação Musical. Nesta comunicação, especificamente, refletimos sobre os desafios que se nos apresentam no desenvolvimento de projetos e ações sobre o tema em meio à ascensão do ultraconservadorismo no mundo, especialmente no Brasil. Após tais reflexões, defendemos a soma das diferenças nas ações, projetos e estudos da Educação Musical, acreditando que, articulada a outros campos, a área se apresenta como uma potente instância de enfrentamento das múltiplas formas de preconceito, discriminação e opressão que se acentuam na contemporaneidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Diferença; Ultraconservadorismo.

Introdução

Este texto se configura como um relato de experiência coletivo que versa sobre projetos e ações do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS) – vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. O GRUMUS foi criado em 2008, com o objetivo de promover a pesquisa em música na Escola de Música da UFRN (EMUFRN). Com 12 anos de existência, o GRUMUS passou por coordenações¹, tendo um histórico de publicações que se inicia em 2011 e se

¹ A primeira coordenação (2009 - 2013) com o professor Dr. Jean Joubert Mendes; a segunda coordenação (2013 - 2016) com professora Dra. Valéria Carvalho; a Terceira coordenação (2016 - atual): professora Dra. Tamar Genz Gaulke com liderança interina do Professor Dr. Mário André Wanderley Oliveira.

mantém até o momento². Atualmente, o GRUMUS possui três linhas de pesquisa: 1) ensino de música na educação básica; 2) ética na formação e atuação em música; 3) educação musical e marcadores sociais da diferença. Além do envolvimento com estudos e pesquisas, o GRUMUS tem investido em ações e intervenções na EMUFRN³.

Atualmente, o GRUMUS conta com 15 integrantes ativas/os nas três linhas de pesquisa. São membras/os, em sua maioria, estudantes de graduação e mestrado em música da UFRN. Integram o GRUMUS, ainda, estudantes de graduação e doutorado de outras universidades do país, tais como Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Até março de 2020, apenas os/as integrantes de outras instituições participavam remotamente das reuniões. Porém, em virtude da pandemia da COVID-19, o GRUMUS mantém suas atividades, integralmente, de maneira remota, por meio de interação assíncrona em grupos de *WhatsApp* e síncrona, por meio de vídeo-conferências.

Neste relato, especificamente, discutiremos sobre estudos, pesquisa e ações desenvolvidos pelos/as integrantes engajados/as na terceira linha de pesquisa do GRUMUS — educação musical e marcadores sociais da diferença —, refletindo sobre a complexidade de se realizar tais atividades em meio à ascensão do ultraconservadorismo no mundo, especialmente no Brasil.

Gênero e sexualidade como ponto de partida

A proposta de iniciar uma terceira linha de pesquisa do GRUMUS partiu do estudo de mestrado de uma das integrantes do grupo⁴. Essa nova frente atraiu, a partir do segundo semestre de 2019, estudantes da Escola de Música interessadas/os no tema Gênero e Sexualidade na Educação Musical, bem como levou o grupo a convidar pessoas já engajadas

² Ao todo, o GRUMUS possui 2 artigos publicados na Revista da Abem e 7 comunicações apresentadas em eventos de música/educação pelo país.

³ Como ações, vale destacar a sua participação na organização de eventos acadêmicos como o Congresso da ANPPOM de 2013, o Congresso Nacional da ABEM em 2015, e a Conferência Regional Latino-Americana da ISME em 2015. Também, destacam-se o minicurso oferecido para a comunidade acadêmica (Minicurso de metodologia da pesquisa em Música, em novembro de 2018); rodas de conversa com o objetivo de fomentar o diálogo (Boca Livro, no primeiro semestre de 2019); e as campanhas no ciberespaço para a mobilização da comunidade acadêmica para temas sensíveis (como as campanhas #acordamúsica e #deficiênciasnamúsica).

⁴ Ver Mota (2020).

em trabalhos nessa linha de estudos. Com perfis bastante distintos, as/os integrantes iniciaram os trabalhos da linha com leituras relacionadas ao tema, dando ênfase aos conceitos de gênero e sexualidade. Na sequência, foi realizados seminários sobre segmentos do feminismo com apresentações de cada integrante⁵.

A fim de aproximar dos estudos da Música — e mais especificamente da Educação Musical — as discussões empreendidas no primeiro momento da linha, foram problematizados em leituras individuais e também em reflexões coletivas, conceitos e noções presentes na área, como em Green (1997). Observamos, ainda, que não há um consenso sobre o conceito de gênero ou de sexualidade na área. A partir das leituras e das reflexões que emergiram no grupo, distanciamos-nos de perspectivas universalizantes que tenham “uma abordagem pragmática ou metodológica na qual o significado de ‘homem’ e ‘mulher’ são tomadas como fixas⁶” (SCOTT, 2010, p. 10, tradução nossa) e aproximamos-nos de perspectivas pós-estruturalistas.

Assim, orientadas/os pelas proposições de Butler (2003), entendemos gênero como “uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (BUTLER, 2003, p. 59). E sexualidade, em concordância com Louro (2007), “[...] um constructo histórico, como sendo produzida na cultura, cambiante, carregada da possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriade” (LOURO, 2007, p. 210). Portanto, como a sexualidade “não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (LOURO, 1997, p. 81), ela nos atravessa em todas as experiências musicais e músico-educacionais.

O afastamento de perspectivas essencialistas, permitiu-nos ademais compreender que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20), criando um

⁵ Nos seminários, foram contemplados as seguintes vertentes: Feminismo Liberal, Feminismo Marxista, Feminismo Negro, Feminismo Radical, Feminismo Lésbico, Feminismo Interseccional, Transfeminismo, Ciberfeminismo, Ecofeminismo e os Feminismos Cristão e Ateu.

⁶ “‘Gender’ connotes a programmatic or methodological approach in which the meanings of ‘men’ and ‘women’ are taken as fixed” (SCOTT, 2010, p. 10).

“mapa de interseções diferenciais que não podem ser sumariamente hierarquizadas” (BUTLER, 2003, p. 34). Desse modo, aproximamo-nos da interseccionalidade, direcionando a nossa atenção para os marcadores sociais da diferença, entendidos como identidades que, em conjunto, explicitam as opressões e discriminações pelas quais pessoas de diversos grupos passam. Isso, considerando sempre, conforme propõe Conceição Nogueira (2017, p. 149), que “uma análise interseccional resiste à essencialização de todas as categorias [...] e está atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações”.

Interseccionalidade como ferramenta teórica no estudo da relação entre marcadores sociais da diferença e educação musical

A interseccionalidade, de acordo com Knudsen (2006), propõe que os mecanismos de preconceito, discriminação e opressão – como racismo, classismo, sexismo, LGBTfobia, capacitismo, psicofobia, etarismo, xenofobia, etc. – não agem independentemente uns dos outros, mas se inter-relacionam em um sistema que coloca pessoas de diversos grupos em um "cruzamento" de opressões (KNUDSEN, 2006).

Recorrentemente indicado como texto precursor e fundante da interseccionalidade, o artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado em 1991 pela feminista negra e professora de Direito Kimberlé Crenshaw, é, no entendimento de Patrícia Hill Collins, uma tradução para o âmbito acadêmico das proposições sobre interseccionalidade oriundas de movimentos sociais liderados por mulheres negras e latinas/chicanas durante o século XX nos Estados Unidos. (COLLINS, 2017, p. 11). Conforme afirma Collins (2017), o aceite de tais proposições por parte da comunidade acadêmica foi um grande desafio para as lideranças dos movimentos sociais, cujas ideias eram, por vezes, censuradas e/ou remodeladas às normas acadêmicas vigentes.

Collins e Bilge (2016) alertam que pesquisadores/as, docentes, assistentes sociais, ativistas entre outras/os agentes têm, recorrentemente, adotado variados — e, por vezes, contraditórios — conceitos de interseccionalidade como base norteadora para seus discursos

e estudos. Contudo, mesmo divergências, a seguinte descrição seria quase consensualmente aceita:

A interseccionalidade é uma forma de compreender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Os eventos e condições da vida social e política e de si raramente podem ser entendidos como moldados por um fator. Eles são geralmente moldados por muitos fatores de maneiras diversas e que se influenciam mutuamente. Quando se trata de desigualdade social, a vida das pessoas e a organização do poder em uma determinada sociedade são mais bem compreendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja de raça, gênero ou classe, mas por muitos eixos que atuam juntos e se influenciam mutuamente. A interseccionalidade como uma ferramenta analítica dá às pessoas melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas (COLLINS; BILGE, 2016).

No Brasil, com posicionamento crítico, Carla Akotirene entende que a interseccionalidade “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19). Cabe frisar, nesse sentido, que os estudos orientados pela interseccionalidade não lançam mão da somatória e hierarquização de identidades. Diferente disso, entendem que essas múltiplas identidades se inter-relacionam em um sistema dentro do qual opressões estão interligadas, sendo reforçadas e reforçando desigualdades.

A adoção da interseccionalidade como ferramenta teórica e metodológica na Educação Musical permite-nos, portanto, compreender como são tecidas e vivenciadas experiências formativo-musicais de indivíduos que não gozam de poder nos estatutos orientados por uma lógica eurocentrada, branca, cisgênera, heteronormativa, patriarcal, etc. É necessário considerar, contudo, estratégias para contornarmos epistemologias neocoloniais que se valem de cosmovisões hegemônicas e que, portanto, atenuam o potencial da interseccionalidade na/para a Educação Musical do sul global.

Ultraconservadorismo: como o cenário sociopolítico afeta a música e o seu ensino?

Na contramão de uma perspectiva interseccional, o ultraconservadorismo emergiu no mundo contemporâneo, intensificando crises pré-existentes e reivindicando, por meio de narrativas hegemônicas e também desinformação, a permanência de estruturas mantenedoras de privilégios para determinados grupos, e de opressão para outros. No Brasil, podem ser consideradas o marco inicial desse fenômeno as manifestações autodeclaradas anti-partidárias e apartidárias de junho de 2013. Suas consequências mais significativas foram o golpe político contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A reação ultraconservadora ao avanço de políticas públicas⁷ voltadas à equidade de gênero e aos direitos e respeito à diversidade sexual afetou frontalmente áreas como a educação, as artes e a cultura. Nesse cenário, em que ganharam força movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Escola sem Partido⁸ (EsP), projetos de lei em diversos estados do país propuseram a retirada da palavra *gênero* — bem como qualquer expressão associada a uma suposta *ideologia de gênero* — de documentos oficiais normativos e norteadores da educação no país.

O termo *ideologia de gênero* apareceu, pela primeira vez, em 1998, em um documento eclesiástico: uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideología de género: sus peligros y alcances* (JUNQUEIRA, 2018, p. 468) e é considerado uma “ofensiva reacionária, fundamentalista, de matriz católica e que se desdobra em bases transnacionais” (GARGAGNOLI, 2014 apud JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

⁷ Mencionamos, especificamente, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 2004, o Programa Escola sem Homofobia, pelo Ministério de Educação em 2011, a garantia da discussão sobre gênero e sexualidade na primeira versão do PNE 2014-2024 e a discussão sobre diversidade sexual e de gênero nas duas primeiras versões da BNCC. Também podemos mencionar o casamento igualitário (de reconhecimento às uniões homoafetivas), julgado pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2011.

⁸ “É uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Descrição disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

[N]essas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

Consoantes à agenda reacionária, alguns políticos brasileiros apresentaram projetos de lei ao Congresso Nacional Brasileiro para barrar a chamada “ideologia de gênero” nas escolas do país. O Esp fundamentou, em 2015, um Projeto de Lei (PL n.º 867/15) que tinha como principal reivindicação “impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais” (MIGUEL, 2016, p. 601). Há que se destacar que o movimento Escola Sem Partido é um

[...] aglutinador de frações de classes dominantes contrárias a pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação, como o direito [à] educação laica, plural e democrática, o direito à participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, entre outras (COLOMBO, 2018).

Também em 2015, foi apresentado ao Congresso Nacional Brasileiro o PL n.º 1.859/2015, que insistia na proibição da “ideologia de gênero” ou discussões sobre orientação sexual na educação, por meio da modificação do Art. 3.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n.º 9.394/96). Nesse sentido, estabeleceu-se, portanto, um pânico moral⁹ por parte dos congressistas das chamadas bancadas religiosas, do boi e da bala, além de membros da Igreja Católica e da Igreja Protestante, e do Movimento Espírita entre outros, que levaram a uma cruzada que visava combater essa chamada ideologia de gênero.

Um episódio polêmico foi a performance *La Bête, do coreógrafo Wagner Schwartz*, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), em 2017, na qual uma criança

⁹ Segundo Cohen (2002), o pânico moral se constitui no momento em que uma suposta ameaça à norma social ou ao interesse da sociedade é identificado. Ao ser identificado como ameaça, o pânico moral passa a ser objeto de repulsa da sociedade e sua natureza começa a sofrer estereótipos tanto pela mídia de massa quanto pelos ditos cidadãos de bem. Assim, reunidas, essas pessoas de bem visam procurar soluções para enfrentar esse suposto “problema”, na tentativa de que a ordem e a normalidade sejam reestabelecidas.

sorridente toca a mão do performer, que estava nu, gerando, a partir disso, dezenas de denúncias, protestos e investigação, por parte do Ministério Público, de incentivo à pedofilia e à *ideologia de gênero*. Após o resultado da eleição de Jair Bolsonaro, a drag queen Pablio Vittar publicou em seu perfil pessoal de uma rede de relacionamentos a foto de um arco-íris com a legenda “eu resisto” e foi alvo de dezenas de ataques cibernéticos homofóbicos por parte de apoiadores do atual presidente. Linn da Quebrada, travesti cantora paulistana, recebeu ameaças de morte de apoiadores do atual presidente, em 2019, por se posicionar contrária às suas decisões.

Esses são alguns fatos que ilustram o cenário artístico, perseguido, sobretudo, por ideais cis-heteronormativos, que estão inerentes nas práticas políticas e nas práticas educacionais brasileiras. O pânico moral estabelecido, sobretudo no ensino, é para que a sexualidade e o gênero sejam tratados como íntimos e não como políticas que precisam ser debatidas e problematizadas. Desse modo, torna-se possível exercer o poder sobre os saberes escolares ao disciplinarizar sujeitos, de modo a torná-los objetos dóceis dentro de jogos de poder.

Pesquisa e ações em andamento

Dentro desse contexto de ascensão do ultraconservadorismo, o GRUMUS iniciou suas atividades centradas no tema gênero, sexualidade e interseccionalidades na formação em música, tendo como primeira proposta a realização de uma pesquisa na EMUFRN. Para tal, as leituras e discussões relatadas na primeira seção deste texto foram fundamentais para a elaboração do projeto e do instrumento de coleta de dados da pesquisa *Gênero, sexualidade e interseccionalidades na formação em música: uma pesquisa com a comunidade acadêmica da EMUFRN*. Esse trabalho encontra-se em andamento, e é guiado pela seguinte questão: de que forma o tema “gênero, diversidade sexual e interseccionalidades” está/esteve presente na formação artístico-cultural e acadêmico-científica em música de docentes e discentes da EMUFRN? Após a aplicação de um questionário on-line autoadministrado, obtivemos o retorno de 118 respondentes. Seus resultados serão apresentados nas próximas publicações do GRUMUS.

Concomitantemente à realização da pesquisa, o GRUMUS tem se dedicado a ações on-line que visam promover na comunidade acadêmica reflexões sobre marcadores sociais da diferença na área de Música/Educação Musical, bem como problematizações orientadas pela interseccionalidade. Até o momento foram realizadas duas campanhas virtuais. A primeira, intitulada *#acordamúsica*, teve como foco aspectos étnico-raciais, e a segunda, *#DeficiênciasNaMúsica*, tratou de questões sobre capacitismo no meio musical.

Campanha #acordamúsica

A campanha *#acordamúsica* começou a ser pensada em maio de 2020. A *hashtag*, propositalmente ambígua, configurou-se como uma provocação para a área e, também, com um convite às manifestações antifascistas e antirracistas que ocorriam. A campanha, com duração de 15 dias, destacou, exclusivamente, músicos/as e educadores/as musicais pretos/as, apresentando uma breve descrição biográfica. Para a campanha, foi organizada uma lista com os nomes de 80 pessoas¹⁰. Destas, escolhemos 15 e fizemos uma postagem dedicada a cada música/o negra/o com notas biográficas em nas nossas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*). Ademais, convidamos, por meio de carta enviada por e-mail, 16 acadêmico/as da área para fazerem parte de nossas postagens. Destes, obtivemos a resposta de 15 pessoas¹¹ e também fizemos postagens sobre estas/es acadêmicas/. No final da série,

¹⁰Destas 80 pessoas, escolhemos 15 músicos e músicas, compositores e compositoras, para fazermos uma postagem completamente dedicada à sua história de vida com a música. As pessoas contempladas foram: Chiquinha Gonzaga (1847-1935), Carlos Gomes (1836-1896), Maria d'Apparecida (1936-2017), Pinduca (1937), Héloa (1989), Alfredo da Rocha Vianna Filho - Pixinguinha (1987-1973), Lia de Itamaracá (12 de janeiro de 1944), Mestre Verequete (1916 - 2009), Zaíra de Oliveira (1891-1951), Padre José Maurício Nunes Garcia (1767 - 1830), Liniker (1995), Romualdo Rosário da Costa - Moa do Katendê (1954 - 2018), Linn da Quebrada (1990), Laércio de Freitas (1941) e Elza Soares (1930).

¹¹Professora Dra. Edineiram Marinho Maciel (UEB), professora Dra. Sonia Ray (UFG), professor Me. Leonardo Moraes (CBM-CeU/ Fladem), professora Dra. Simone Marques Braga (UEFS), professor Dr. Marcos dos Santos (UFBA), professor Me. Samuel da Silva Lima (sem vínculo), professora Ma. Priscila Santana (Kaufman Music Center), professor Me. Micas Silambo (sem vínculo), professor Dr. Eduardo Guedes Pacheco (UFMS), professor Me. Sandro Cartier (UFMS), professora Ma. Simone Sousa (UFC), professor Me. Gilvando Pereira (UFRN), professora Dra. Teresa Cristina Rodrigues da Silva (IFPB), professora Ma. Maria Juliana Linhares (UFC), professor Dr. Luan Sodrê de Souza (UEFS).

publicamos um mosaico com as fotos das pessoas contempladas nas postagens e mais 50 outras, perfazendo um mosaico com 80 pessoas¹², conforme a *figura 1*.

A campanha foi finalizada com uma *live* na página do *Facebook* do GRUMUS, com a participação dos/as seis integrantes autodeclarados/as pretos/as do GRUMUS. Intitulada *#acordamúsica: escurecendo questões na música e em seu ensino*, a *live* durou 02h20min e, até o momento, teve 747 visualizações. Os temas abordados foram: 1) Lugar de fala: implicações para a música e para o seu ensino, 2) Interseccionalidade: sobrepondo forças na música e na educação musical para o enfrentamento de opressões sobrepostas; 3) Representatividade racial na música e na educação musical; 4) Identidade racial: o papel da música e do seu ensino no auto(re)conhecimento; 5) Cotas e acesso à formação acadêmica em música; e 6) Como a brasilidade afeta nosso conhecimento histórico e autoconhecimento. Cada tópico foi conduzido por um/a integrante do GRUMUS, que provocou os/as demais com questões relativas ao tema.

¹²Conforme a *figura 1*, no mosaico, para além dos nomes já citados, aparecem: Sérgio Soares, Artur Albuquerque, Cândido das Neves, Noite Ilustrada, Alcione, Áurea Martins, Fabiana Cozza, Rosa Passos, Emicida, Teresa Cristina, Dom Salvador, Moacir Santos, Ubiratan Marques, Hércules Gomes, Erlon Chaves, Hamilton de Holanda, Rico Dalasam, Maurício Tinzumba, Raquel Trindade, Criolo, Amaro Freitas, Milton Nascimento, Djavan, Gilberto Gil, João Luiz Resende, Wilson Moreira, Wilson Simonal, Tia Ciata, Jorge Ben Jor, Bielo Pereira, Tim Maia, Selma do Coco, Margareth Menezes, Nilze Carvalho, Dona Ivone Lara, Iza, Chico César, Ellen Oléria, Yoùn, Carlinhos Brown, Ludmilla, Karol Conka, Mano Brown, Jorge Aragão, Marcelo D2, Marcelo Barbosa, Martinho da Villa, Tony Tornado, Jair Rodrigues, Vanessa da Matta, Mestre João Farias, Gabi Amarantos.

Figura 1 - Mosaico da campanha virtual #acordamúsica



Fonte: Integrantes do GRUMUS.

Campanha #DeficiênciasNaMúsica

A segunda campanha foi a *#DeficiênciasNaMúsica*. A *hashtag*, tal como a anterior, é propositalmente ambígua e tem caráter anticapacitista. Por anticapacitismo, entendemos que é o combate às formas de discriminação contra pessoas com deficiência (PcD). A campanha se iniciou no dia 21 de agosto de 2020, durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Foram levantados 56 nomes de músicos/músicas e 4 professores/as com deficiência. Em nossas redes sociais (*Instagram e Facebook*), fizemos, ao todo, 31 postagens que destacaram, exclusivamente, músicos/as com deficiência¹³ com

¹³ Louis Braille (1809 - 1852); o grupo Pertti Kurikan Nimipäivät - PKN, composto por Sami Helle (baixo), Kari Aalto (vocalis) e Toni Väitalo (bateria) e Pertti Kurikka (guitarrista); Ludwig van Beethoven (1770 - 1827); Kodi Taehyun Lee (1996); Ray Charles (1930 - 2004); João Carlos Martins (1940); Herbert Vianna (1961); Evelyn Glennie (1965); Thomas Quasthoff (1959); Rick Allen (1963); Tony Iommi (1948); Marcelo Yuka (1965 - 2019); Kátia Garcia Oliveira (1962); Billy Saga (data de nascimento não localizada); Viktoria Modesta (1987); Le Batilli

breves notas biográficas. Ao completar a trigésima primeira postagem, publicamos um mosaico com as fotos das pessoas contempladas nas postagens e mais 29 outras, perfazendo um mosaico com 60 pessoas¹⁴, conforme a *figura 2*.

O final das postagens nas redes sociais culminou em uma *live* intitulada *#DeficiênciasNaMúsica: inclusão, anticapacitismo e interseccionalidades* que aconteceu no dia Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro de 2020), com a participação da professora Dra. Elke Riedel (UFRN), do professor Esp. Luiz Amorim (PPGM/UFPR), do doutorando Raul de Paiva (USP) e da pedagoga Luciana Viegas. A partir da ampliação do debate sobre deficiência na área da música esperamos contribuir com a desnaturalização de posturas capacitistas, que subestimam as capacidades de pessoas com deficiência e lhes impõem barreiras em suas trajetórias com/na área de música.

(data de nascimento não localizada); Nelson Ned (1947 - 2014); grupo Surdodum, coordenado por Ana Lúcia Soares (data de nascimento não localizada); José Feliciano (1945); Itzhak Perlman (1945); Sara Bentes (1982); Andrea Bocelli (1958); a banda Tribo de Jah, composta por Fauzi e Pedro Beydoun, José Orlando, Neto Enes, Aquiles Rabelo, João Rodrigues, Jesiel Bives, Marlon Siqueira e Frazão; Maria Theresia Von Paradis (1759 - 1824); Yzalur (1982); Jonata Bastos (data de nascimento não localizada); Jason Becker (1969); Gaelynn Lea (1984); Django Reinhardt (1910 - 1953); Jacqueline du Pré (1945 - 1987); Nelson Ned (1947 - 2014).

¹⁴ Conforme a figura 2, no mosaico, para além dos nomes já citados, aparecem: Tedy Pendergrass (1950 - 2010); Roberto Carlos (1941); Elke Riedel (data de nascimento não localizada); Luiz Amorim (data de nascimento não localizada); Tony Meléndez (1962); Nicholas McCarthy (data de nascimento não localizada); Louis Thomas Hardin - Moondog (1916 - 1999); Dwaram Venkataswamy Naidu (1893 - 1964); Marcus Mena (1976); Jorge Gonçalves (1982); Susan Boyle (1961); Kaja Kosowska (data de nascimento não localizada); Curtis Mayfield (1942 - 1999); Vilson Zattera (data de nascimento não localizada); Viviane Louro (data de nascimento não localizada); Paul Stanley (1952); Jeff Healey (1966 - 2008); George Frideric Handel (1685 - 1759); Courtney Love (1964); Tony DeBlois (1974); Gabriel Fauré (1845 - 1924); Bedřich Smetana (1824 - 1884); Wolfgang Amadeus Mozart (1756 - 1791); Iannis Xenakis (1922 - 2001); Francisco Tárrega (1852 - 1909); Maurice Ravel (1875 - 1937); Glenn Gould (1932 - 1982).

Figura 2 - Mosaico da campanha virtual #DeficiênciasNaMúsica



Fonte: Integrantes do GRUMUS.

Considerações finais

O envolvimento do GRUMUS com estudos, pesquisa e ações centradas na relação entre educação musical e marcadores sociais da diferença tem permitido às/os integrantes do GRUMUS a ampliação de suas reflexões sobre o papel da formação musical no enfrentamento das distintas e inseparáveis formas de preconceito, discriminação e opressão. Tal engajamento, neste momento, representa, em certa medida, a assunção de riscos frente à possibilidade de respostas hostis aos convites à reflexão que temos feito, uma vez que o momento é de ascensão do ultraconservadorismo no país e no mundo.

Almejamos, de todo modo, dar continuidade aos trabalhos iniciados, tendo como premissa a ideia de que a soma das diferenças, pensadas a partir da ferramenta da

interseccionalidade, nas ações, projetos e estudos da Música, Educação Musical e área afins, apresenta-se como potente estratégia de enfrentamento da misoginia, LGBTfobia, racismo, classismo, capacitismo, xenofobia e demais formas de discriminação. Dessa forma, acreditamos ser necessário problematizar propostas que caminhem exclusivamente pela ótica cristã, eurocentrada, branca, heterossexual, cisgênera, de pessoas sem deficiência, para que possamos fomentar uma área mais plural e, efetivamente, inclusiva.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARREIRA, Denise. O Lugar Dos Sujeitos Brancos Na Luta Antirracista. *Sur* 28, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018.

COLOMBO, Luiza Rabelo. A ofensiva ultraconservadora na educação brasileira – reflexões sobre as origens do movimento escola Sem Partido. In: XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, Rio de Janeiro, 2018. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH/UFF, 2018.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers*. London; New York: Routledge, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017. p. 7-17.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity, 2016.

Conceição Nogueira. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 32, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

GREEN, Lucy. *Music, gender, education*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude X Branquidade: Uma Análise Conceitual Do Ser Branco. In: III EBE CULT - Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012, Cachoeiras. *Anais...* Cachoeira: UFRB, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política.*, v. 18, n. 43, set./dez, 2018, p. 449-502.

KNUDSEN, Susanne. Intersectionality: a Theoretical Inspiration in the Analysis of Minority Cultures and Identities in Textbooks. In: BRUILLARD, Éric; AAMOTSBAKKEN, Bente; KNUDSEN, Susanne; HORSLEY, Mike (Orgs.). *Caught in the Web or lost in the textbooks?*. Caen: IARTEN, stef, IUFM, 2006, p. 61 - 76.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Belo Horizonte, *Educação em Revista*, n. 46. p. 201-218, dez. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Rio de Janeiro, *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos. Não se nasce professora, torna-se professora: um estudo sobre gênero e diversidade sexual no desenvolvimento profissional docente de duas professoras universitárias de violoncelo. 2020. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: still a useful category of analysis?. Brasília, *Diogenes*, n. 225, p. 7-14, 2010.